



## O webjornalista e a configuração de uma (nova) esfera pública comunicacional<sup>1</sup>

Jorge Rocha<sup>2</sup>  
IEC – PUC Minas

Yuri Almeida<sup>3</sup>  
Centro Universitário Jorge Amado

### Resumo

A configuração de uma esfera pública comunicacional baseada em espaço relacionais e mediações conversacionais implica para o Jornalismo novas estratégias discursivas e produtivas em ecossistemas digitais. Neste artigo, buscamos evidenciar um maior embasamento teórico que oriente um modelo de atuação do jornalista em ambientes digitais relacionais e colaborativos, partindo do conceito de cartografia da informação e associando-o ao modelo *News Diamond*. Tal reconfiguração do papel do jornalista como mediador interacional está correlacionada com uma potencialização dos modelos de Jornalismo Colaborativo, buscando integração de ferramentas hipermediáticas como redes sociais, em seu fazer produtivo.

### Palavras-chave

Cartografia da Informação; Jornalismo Colaborativo; Esfera pública.

### 1. Mediações possíveis e esfera pública

Em um período histórico em que empresas de comunicação tradicionais como a BBC exortam a seus staffs jornalísticos que se engajem nas mídias sociais<sup>4</sup> com a ideia de conjugar conversações com a audiência e produção colaborativa de informação, parece sintomático retomar discussões a respeito das funções do jornalista em ambientes digitais. Apoiando-nos em premissas e verificações acerca do Jornalismo Colaborativo – considerado neste artigo como uma realidade produtiva e um modelo de negócios –, visamos compreender de que forma o jornalista deve operar diante das transformações – em maior ou menor escala – que o uso de ferramentas hipermediáticas opera em seu

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no GP de Cibercultura, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Coordenador da pós-graduação de Produção em Mídias Digitais do IEC – PUC Minas. [jorgerochaneto@gmail.com](mailto:jorgerochaneto@gmail.com)

<sup>3</sup> Especialista em Jornalismo Contemporâneo pelo Centro Universitário Unijorge (Unijorge), Salvador, Bahia. [hdocaos@gmail.com](mailto:hdocaos@gmail.com)

<sup>4</sup> <http://www.guardian.co.uk/media/pda/2010/feb/10/bbc-news-social-media>.



fazer comunicacional, levando-o a ser um profissional ambientado em espaços relacionais.

Consideramos que a prática do Jornalismo Colaborativo, quando estabelece laços conversacionais de produção de níveis variados entre audiência e repórteres de uma publicação para contar uma história, acarreta mudanças nos processos de mediação. Conforme apresentado em trabalhos anteriores acerca do Jornalismo Colaborativo, tal mediação é realizada em termos relacionais e distinta daquela que é praticada nos meios de comunicação de massa, sem aproximação com o conceito de *gatekeeper*, constituindo o que chamamos de cartografia da informação<sup>5</sup> (ROCHA, 2006). Consideramos ainda que tal equação colaborativa pode nortear as práticas jornalísticas em redes sociais, uma vez que estas configuram-se como “estruturas dinâmicas e complexas formadas por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada” (SOUZA e QUANDT, 2008, p. 35).

Cabe frisar, nesse momento, que o espaço relacional a que nos referimos para ambientar as práticas jornalísticas em ambientes digitais está estritamente ligado a ideia de produção de conhecimento público. Para Soares (2009, p.97), a construção de tal conhecimento é efetivada pelas “notícias enquanto produtos culturais”. A autora, recorrendo a Gans (1980), explica que o papel das mídias é organizar uma “arena simbólica”, operando em conjunto e em contato direto com outros agentes sociais, em relação à produção do conhecimento público.

Ao selecionar, articular, propor, discutir, incluir temas e assuntos, as mídias (qualquer que seja seu formato: impresso, eletrônico, digital) de fato constroem conhecimento e incluem pedaços isolados da realidade em um todo (aqui não no sentido de totalidade, mas de *conjunto*, ao mesmo tempo intersecção e separação)” (SOARES, 2009, p. 97)

O rompimento com a centralidade dos fluxos comunicacionais e trocas de saberes aliado a possibilidade de ramificações no ambiente virtual indicam a potencialidade do ciberespaço como um espaço de compartilhamento e relações

---

<sup>5</sup> O conceito de cartografia da informação foi elaborado durante a pesquisa de Iniciação Científica “*Participatory Journalism: práticas e papéis dos jornalistas na Internet*”, coordenada por Jorge Rocha, um dos autores deste artigo, e finalizada em 2007. A cartografia da informação compreende o processo de mediação webjornalística como um elemento de ligação entre diversos agentes ou comunidades virtuais informacionais em sistemas colaborativos – incluindo mídias sociais. Ver Rocha (2006, 2009)



peçoais norteadas por conexões plurais e multidirecionais. Tais práticas sociais de informação e discurso possibilitam que diversos atores informacionais compreendam-se como “potenciais contribuintes para o discurso público e como potenciais atores na arena política, preferindo esta posição do que permanecer como recipientes passivos de informação mediada” (BENKLER, 2006, p. 220). A estrutura rizomática da rede influencia ainda o campo social do Jornalismo a modificar algumas práticas comunicacionais, configurando uma mudança nas formas de produção, nos sujeitos envolvidos em uma ação comunicacional e nos conteúdos publicados.

Pierre Bourdieu (1970) compreende o campo social como o funcionamento das sociedades complexas, ou seja, suas regras, estruturas hierárquicas funções e posições. O campo também é palco de luta entre os atores do microcosmo visando se apropriar de um capital (seja ele simbólico, financeiro entre outros) de determinado campo. Cada campo corresponde a um habitus e estabelece os valores e formas de acesso a este (ALMEIDA, 2009, 20).

Desse modo, a “construção” de uma história, no viés da produção colaborativa, respeitando o conceito de arena simbólica, pressupõe a integração entre uma equipe jornalística e uma audiência participativa, desde a apuração até a publicação, podendo ser até mesmo ampliada em relação à repercussão do fato, utilizando ferramentas hipermidiáticas variadas, conforme veremos adiante. Soares (2009, p. 98) corrobora a ideia de que essa aplicação relacional funciona a contento ao deslocar o foco central de um narrador privilegiado (jornalista) para vários outros agentes, que apresentariam outras visões sobre o fato, de maneira co-relacionada.

A troca de experiências, relatos, informações que sustentam as comunidades estabelecem a relação entre os participantes (em particular os mais presentes), propiciando um sentimento de pertencimento. É esse sentido que irá favorecer o caráter colaborativo e diferenciá-lo de um simples agrupamento. (SOUZA e SAAD, 2008)

Essa operação sistêmica é elaborada a partir de interações sociais em uma perspectiva baseada no ideário de Habermas em relação à formação de uma esfera pública<sup>6</sup>, corroborando assim a proposição de Soares (2009) a respeito da constituição

---

<sup>6</sup> Conforme Gomes (2006, p. 56) defende, a esfera pública é “a esfera do debate ou do conflito argumentativo público. Essa acepção tem a vantagem de distinguir a discussão pública do próprio público que discute, distinção que a noção de espaço público não é capaz de oferecer”.



de uma arena simbólica. Em trabalhos anteriores, Rocha (2006, 2009) evidenciou, a partir da cartografia da informação, cenários possíveis para a atuação de um webjornalista, buscando um *modus operandi* jornalístico que contemplasse estratégias cognitivas de publicação, competência discursiva, processos de co-enunciação, elementos de organização de significados, atividades em espaços relacionais e configuração de espaço público relacional – as categorias de análise relativas à verificação do fazer jornalístico colaborativo. Em relação aos processos de mediação colaborativa, tais cenários – apresentados a seguir – podem ser potencializados com o uso de ferramentas de interação, como as redes sociais, fator que não estava presente nas análises realizadas em trabalhos anteriores.

O primeiro cenário trabalha com as configurações relativas ao determinismo tecnológico, e o segundo com valor das comunidades restritas e o processo de igualdade de opinião. O determinismo tecnológico sobrepõe a mediação, deixando de lado os métodos de encadeamento comunicativo que podem abrir a possibilidade de outras mediações, até mesmo colaborativas. A outra configuração relativa a este cenário remete a uma possível busca consensual de opinião, o que sistematizaria e resumiria diversos aspectos da vida social à meras discussões.

O segundo cenário é complementar às ideias apresentadas no primeiro e diz respeito às características revolucionárias e evolucionárias, conforme defende Cardoso (2007, p. 197), em relação às mudanças jornalísticas em ambientes digitais. Enquanto o primeiro ponto aborda a proposição de que o papel do jornalista como mediador, diante dos avanços da comunicação em rede, tende a ser suplantado pela audiência, o segundo pontua que a mediação jornalística é necessária, contemplando alguma interação com a audiência, firmando o profissional como elemento central desse fazer.

Diante desses cenários e tendo em vista a conceituação de arena simbólica e esfera pública defendida nesse artigo, evidenciamos que a interlocução entre um webjornalista e outros interagentes deve pressupor uma identificação, um reconhecimento de suas identidades e de seus valores neste processo de diálogo. Tal configuração deve estabelecer a construção de um saber que não se resume a sistematizar conteúdo, mas sim correlaciona-lo de modo que não haja insuficiência de informações ou dispersão/sobrecarga cognitiva.

Acrescente-se a esse cenário o fato de que a abertura do código de produção e veiculação (blogs, Twitter, wiki, fórum, lista de discussão), bem como a popularização dos dispositivos de registro e armazenamento (*smartphones*, câmeras fotográficas,



gravadores, softwares de edição entre outros) ampliaram a emissão e circulação de informações e potencializaram a plurivocalidade da rede. Podemos então observar uma reconfiguração da esfera pública, a partir do momento em que o modelo tradicional de comunicação (“um-todos”) precisa se relacionar com as mídias sociais e colaborativas, agendas hiperlocais e novos debates comunitários resultante da descentralização das ferramentas de produção e circulação da informação.

A impossibilidade de separação entre a esfera de circulação de informações e os seus meios de divulgações abriu, inevitavelmente, um amplo debate sobre a natureza da função social da mídia e sobre o novo tipo de simbiose entre os processos de formação de consenso e de legitimidade, a difusão e a circulação das opiniões e a mídia de massa” (DI FELICE, 2008 p. 29)

Para Manovich (2001, p.26), a nova mídia não deve ser compreendida através de uma lógica de transposição de uma forma cultural existente, ou no sentido da metáfora – projetar um novo modelo remetendo-o a modelos anteriores. Pelo contrário, deve operar no sentido de migração ou de deslocamento, como forma de ampliação dos atuais modelos narrativos, o que configura também modelos diferenciados de moderação em ambientes digitais. Nesse ponto, cabe também remeter a Burns (2005), que defende a ideia de que a liberação do pólo emissor reconfigurou as zonas de filtragem do fluxo informacional resultando em um fenômeno paralelo ao *gatekeeping*; o *gatewatching*. Se o *gatekeeping* é pessoal e unidirecional, o *gatewatching* é uma filtragem colaborativa e atende aos interesses de uma comunidade para qual é reverberada.

A filtragem no Jornalismo Colaborativo não possui o mesmo caráter racional do *gatekeeping* nos *mass media*; o *gatewatching* contribui para o debate interno de determinada comunidade ou, geralmente, a mensagem publicada, mesmo que citada na grande mídia é recontextualizada e ganha um novo sentido no debate público (ALMEIDA, 2009)

Apesar dessas características, Rocha (2009) ressalta que em práticas colaborativas de *gatewatching* o webjornalista ainda é colocado em um patamar valorativo superior a audiência, ou seja, o jornalista ainda controla os espaços simbólicos de participação. Gillmor (2005) argumenta que o público pode tornar-se parte integral do processo – e começa a tornar-se evidente quem tem de sê-lo. Estas



transformações darão uma conotação mais dialógica ao Jornalismo nas mais distintas fases da produção da notícia.

Tais reconfigurações subvertem o lugar de emissão e o papel de mediador do jornalista na construção da agenda pública. Primeiro é necessário entender que o discurso jornalístico é um discurso social, logo inserido em um sistema produtivo. Por se tratar de uma lógica industrial, a notícia, produto final do Jornalismo, passa por pontos de controle e censura, antes de ser destinada ao consumo. Neste modelo industrial arbóreo, a figura do *gatekeeping* simboliza o *habitus* jornalístico centralizado, onde o jornalista detém o total controle do que será publicado. Nessa estrutura, a mediação é sobretudo conectiva (conectar o leitor a uma determinada realidade); em modelos rizomáticos e colaborativos a mediação jornalística deve ser dialógica e relacional. Portanto, consideramos que, em ambientes comunicacionais mediados por práticas colaborativas, é condição *sine qua non* a inexistência do *gatekeeper* – tendo em vista que a seleção dos fatos noticiosos é subjetiva e deriva da expectativa de cada profissional.

## 2. Interação entre atores sociais no Jornalismo Colaborativo

É preciso frisar que, em termos colaborativos, os níveis de atuação interacional do jornalista dependem dos processos comunicacionais que acontecem nesses ambientes. Falamos em níveis, pois a intensidade da relação dos jornalistas, com os atores sociais, é alterada de acordo com a liberação dos códigos de emissão nos projetos colaborativos. Almeida (2009) propõe que existem três níveis de colaboração no jornalismo:

- a) Parcial: as possibilidades de colaboração são limitadas e ocorrem na etapa de construção de notícia – seja sugestão de matérias, fontes, envio de fotos e vídeos e/ou relatos testemunhais de fatos. Neste nível de colaboração, os cidadãos-repórteres não têm o controle total de sua produção e ainda dependem do crivo do *gatekeeping*. O VC no G1<sup>7</sup> ou Vc Repórter<sup>8</sup> do Terra são exemplos deste modelo de jornalismo colaborativo;

---

<sup>7</sup> <http://g1.globo.com/VCnoG1/0,,8491,00.html>

<sup>8</sup> <http://noticias.terra.com.br/vcreporter>



- b) Total: neste modelo, o cidadão-repórter tem liberdade/aceso pleno ao “código-fonte”. Ele pensa a pauta, colhe os dados, embasa suas opiniões, escolhe suas fontes, escreve o conteúdo e sobe para a home da mídia colaborativa. O Brasil Wiki<sup>9</sup> e o Wikinews<sup>10</sup> são exemplos deste nível de participação.
- c) Em rede (ou rizomático): o que difere do Jornalismo Colaborativo ambientado em rede dos modelos parcial e total é caráter coletivo, seja de produção ou gerenciamento dos conteúdos colaborativos.

Nos dois primeiros modelos, a colaboração é, sobretudo, individual. É o cidadão-repórter – seja por esforço ou intelectualidade que executa dos ritos do jornalismo. No Jornalismo Colaborativo, de caráter rizomático, a escrita é coletiva e/ou individual, mas a edição e atualização dos produtos são constantes. Outra característica deste modelo é o sistema de votação ou ranqueamento das notícias (Slashdot<sup>11</sup>), onde o público classifica as informações mais importantes. As recentes experiências de *mining*, que envolve o público na extração de dados locais e os jornalistas na composição da forma final destas pesquisas também podem ser incluídas neste nível.

Nas experiências baseadas em nível de colaboração parcial, nota-se que a lógica colaborativa segue a agenda midiática. O público é convidado a participar quase sempre em caso de *fait divers*, como terremotos, enchentes, acidentes, festas e outros fatos onde a “onipresença midiática” não alcança. Neste modelo minimiza-se o caráter relacional do Jornalismo Colaborativo e evidencia a ausência conversacional dos *media* com os seus interagentes. O cidadão repórter é tratado como “testemunha” e não como co-autor de significados. O relato é uma doação espontânea e não um processo de valorização dos saberes e vivências das multidões. Não existe sentimento de pertencimento a rede ou a possibilidade de interação com os demais colaboradores. No VC no G1, por exemplo, é impossível entrar em contato com o cidadão repórter, conferir todas as suas participações, perfil e interesses. Aqui existe apenas a abertura do código de emissão para uma apropriação limitada (apenas enviar uma nota) não acompanhada das características rizomáticas da Cibercultura.

---

<sup>9</sup> <http://www.brasilwiki.com.br>

<sup>10</sup> <http://www.wikinews.org/>

<sup>11</sup> <http://slashdot.org>



Apesar do cidadão-repórter possuir o controle total das suas narrativas, bem como das suas etapas de produção, no modelo de Jornalismo Colaborativo total, a participação ainda é restrita ao individualismo (produzir-enviar), quando deveria fortalecer laços comunitários entre os participantes (debate-produção). A abertura plena das ferramentas de produção e circulação de informação não é suficiente para a configuração de uma esfera pública comunicacional. Alguns jornais – seja por propaganda ou compromisso social – dedicam-se a não só criar canais de participação, mas também orientar os cidadãos repórteres para a apropriação das tecnologias para produção de conteúdo. Por exemplo, na Austrália, a ABC (Australia Broadcasting Corporation), que agrega uma rádio e rede de televisão estatal, iniciou atividades de formação de cidadãos das zonas rurais para que estes possam produzir e divulgar conteúdos jornalísticos. É necessário discutir o conteúdo programático desses cursos de formação. De qualquer forma, é preciso também revelar os processos de elaboração noticiosa para gerar uma audiência mais alerta, até mesmo sob o próprio papel e/ou função dos meios de comunicação. Apesar de pouco exercitado pelas experiências colaborativas, este processo de orientação deve estar associado à liberação do acesso aos códigos de produção.

Mesmo com o caráter individual de produção, nota-se em experiências de nível total, ora um rompimento com a agenda do *mainstream* midiático e por outro lado uma estratégia de complementar o noticiário dos meios de comunicação massiva. Entretanto, uma agenda diversificada depende da filtragem realizada pelo ator (individualmente), quando o ideal seria uma agenda pautada em interesses coletivos e afetos a determinado nicho e/ou comunidade.

Um aspecto positivo das experiências de acesso total ao código de emissão diz respeito aos modelos de jornalismo baseados em sistemas wiki, cuja característica é um ambiente baseado em autoria coletiva, que permite intervenções rápidas para a melhoria ou complementação dos textos em um trabalho contínuo, sem horários e prazos estabelecidos. Nesse modelo, a filosofia wiki pode proporcionar aos próprios jornalistas uma edição colaborativa de textos com a participação dos interagentes, interação entre a comunidade e jornalistas e transparência dos processos produtivos. Por outro lado, a credibilidade, propriedade intelectual e atualização contínua da notícia são alguns dos aspectos que merecem ser melhor analisados em práticas jornalística cuja base seja sistemas wiki.



Ao defendermos uma maior potencialização das práticas do Jornalismo Colaborativo, compreendemos ainda que este modelo enfrenta também alguns entraves para a sua execução. Ao adotar uma plataforma wiki como ambiente de desenvolvimento de informação, é preciso lembrar que a notícia não é beta (BRAMBILLA, 2006). Diferente de um software, uma falha na publicação de uma notícia pode causar danos para um personagem ou uma instituição. Em sistemas de ranqueamento, se faz fundamental monitorar o uso de códigos maliciosos em determinada votação e garantir que os interagentes possuam o mesmo peso e direito na seleção coletiva dos fatos mais importantes para determinados ambientes. Em produções colaborativas baseadas na mineração de dados, manipulações das empresas jornalísticas ou atores que iniciaram um determinado mapeamento podem influenciar a investigação em rede ou “silenciar” certas versões sobre o fato.

Vale ressaltar que os três níveis de Jornalismo Colaborativo aqui elencados não são excludentes. Os modelos colaborativos são adotados de acordo com objetivos, ideologias e condições sócio culturais por determinados grupos – seja empresariais ou cidadãos. Procuramos identificar as características de cada um dos níveis, apontar desafios e oportunidades e sinalizar como estes se relacionam com a prática jornalística de mediação e relação com os cidadãos.

### **3. Jornalismo Colaborativo: mediação, colaboração e espaços relacionais**

Torna-se vital reforçar que, em cada um desses níveis, é necessário ao jornalista um procedimento singular para a relação e mediação com atores e conteúdos colaborativos. Para melhor compreender esses níveis colaboracionais em espaços relacionais, podemos lançar mão – como feito anteriormente (ROCHA, 2006) – de algumas análises realizadas por Outing (2006) em “os 11 passos do Jornalismo Cidadão” (no original, “*The 11 layers of Citizen Journalism*”)<sup>12</sup>, mas agora com a função de agregar outras ferramentas hipermidiáticas – como as redes sociais, por exemplo – às considerações. Associamos ainda essas análises ao modelo chamado *News Diamond*, elaborado por Paul Bradshaw (2007), relativo à etapas de produção que congregam os vetores velocidade, profundidade e participação da audiência em relação à informação (FIG. 1), que pode ser aplicado aos processos de mediação colaborativa em ambientes digitais.

---

<sup>12</sup> Operações interacionais que contemplam elementos relativos à dessemelhança (discurso polêmico) ou similitude (discurso cúmplice) entre os interagentes. Ver Rocha (2006).



FIG. 1

Um dos pontos abordados por Outing diz respeito à inclusão de cidadãos repórteres na produção de matérias, solicitando que a audiência possa relatar experiências sobre um assunto em pauta, de modo a compor a história principal. Este é um dos princípios mais elementares do Jornalismo Colaborativo e desde esse ponto em questão é possível frisar a interação entre audiência e jornalista de determinado veículo de comunicação durante as etapas de produção de uma notícia jornalística, de acordo com os processos de competência discursiva do Jornalismo Colaborativo<sup>13</sup>.

O Twitter<sup>14</sup>, por exemplo, é uma ferramenta hipermidiática que pode ser utilizada inicialmente no sentido de convocar a audiência para participar desse trabalho informacional interrelacional e, a partir de então, potencializar sua atuação. Seguindo o modelo *News Diamond*, essa ação comunicacional no Twitter estaria localizada em *Alert* - segundo Bradshaw (2007), esta é a área onde é possível comunicar aos leitores que jornalistas de determinado veículo de comunicação começaram a cobrir uma

<sup>13</sup> *Citizen Journalism* é uma das formas pelas quais também é denominado o Jornalismo Colaborativo. Tal prática jornalística também é conhecida como *Open-Source Journalism* e *Grass Reporting*.

<sup>14</sup> <http://www.twitter.com>



história, publicar notas curtas e contínuas sobre este fato e solicitar a participação da audiência na cobertura.

Torna-se necessário então, nesse momento, afirmar que restringir este ponto ao mero envio de relatos e informações da audiência para o jornalista é reduzir miseravelmente o potencial colaborativo, seja nesse ou em outros níveis de atuação, seja utilizando essa ferramenta hipermidiática ou mantendo a “convocação” apenas na publicação jornalística. É preciso que o jornalista, ao utilizar uma estratégia relacional, observe que a audiência pode também participar da checagem, da formatação final do texto e de sua repercussão – dando assim maior vivacidade ao que Outing (2006) chama de *open source reporting* e contemplando os pontos *Draft*, *Article*, *Context* e *Analysis* do *News Diamond*<sup>15</sup>.

Principalmente em relação à coleta de informações e à repercussão do texto publicado, o jornalista deve atentar aos procedimentos informacionais e conversacionais que o Twitter pode proporcionar, compreendendo assim uma operação em espaços relacionais e elementos de organização de significados<sup>16</sup>. No caso da repercussão, no Twitter, de uma matéria jornalística apurada e formatada em termos colaborativos e interacionais, atuar nessa rede social pode ser de importância vital para o jornalista, certificando que o gerenciamento de uma informação jornalística em ambiente digital fortalece a relação interacional privilegiada na prática efetiva do Jornalismo Colaborativo.

A compreensão das características do espaço relacional e as interações que aí se desenvolvem é premissa básica para a articulação de narrativas colaborativas. A função do jornalista é utilizar a conversação para construção de mecanismos que facilitem a troca de informações com e entre os co-autores. Essa estratégia relacional implica, sobretudo, evoluir de um autor de narrativas para um cartógrafo da informação.

---

<sup>15</sup> Bradshaw (2007) especifica que *Draft* é a área, em uma publicação webjornalística, onde é possível publicar uma série de links que podem complementar a informação inicial e abrir uma discussão em rede. Os comentários podem ajudar inclusive na indicação de pistas para a cobertura. *Article* conta com a seleção de “melhores comentários” – em blogs da redação, Twitter, etc –, que podem gerar um artigo. *Context* pode ser associado a ideia de um “portal instantâneo”, com tags e links para outras referências multimidiáticas sobre o tema. Já *Analysis* diz respeito à “debates” entre especialistas sobre o tema em questão – no caso, selecionados a partir da verificação em redes sociais, realizadas em outras áreas/etapas do *News Diamond*.

<sup>16</sup> Elementos de organização de significados dizem respeito a um processo de interlocução entre interagentes que deve maximizar o potencial informacional e lidar com produção argumentativa acerca dos fatos apurados. Espaços relacionais constituem condições para que os interagentes possam encontrar, em ambientes digitais, canais de debates/discussões ou quaisquer outros meios de conversação. Ver Rocha (2006)



#### 4. Conclusão

A reconfiguração do jornalista como mediador interacional depende também da radicalização dos modelos de Jornalismo Colaborativo. No modelo parcial, o profissional da comunicação atua ainda como um *gatekeeper*, a partir do momento em que a relação com o interagente é binária; aceitar ou não a história. Dessa forma, mantém-se a tradicional mediação conectiva, típica dos *mass media* e não adequada para um ambiente dialógico e conversacional.

No modelo total evidencia-se alguns elementos para o exercício do *gatewatching* a partir do momento em que os atores têm pleno controle sobre a produção. Apesar de ser uma relação jornalista-interagente e não se levar em conta o conjunto de atores e links coletivos, o jornalista pode dialogar com o cidadão-repórter e funcionar como elo entre outros agentes e comunidades e realimentar o ecossistema colaborativo. Nota-se aqui, de certa forma, um papel ainda de “selecionador” presente na mediação jornalística, o que poderia ser ultrapassado com uma ambientação mais detalhada em redes sociais, por exemplo, onde os processos relacionais podem dar a estas ferramentas hipermediáticas uma conotação interacional e conversacional – pilares do funcionamento do Jornalismo Colaborativo, conforme defendemos neste artigo.

Compreendemos que, ao associarmos as práticas do Jornalismo Colaborativo a um modelo de atuação baseado em rizomas (base representativa de processos interacionais), é possível a atuação do jornalista como cartógrafo da informação. Tal associação ganha caráter prático ao potencializar a produção informativa através de sistemas wikis, ao otimizar a investigação (mineração dos dados) e por destaque das notícias (ranqueamento) realizado pelos próprios interagentes, minimizando assim, a função do *gatekeeping* em uma esfera pública relacional.

Estas associações embasam um possível modelo teórico de atuação jornalística em ambientes digitais, onde há rupturas potenciais com a “estrutura centralizada” da produção do discurso jornalístico arbóreo, alcançando um processo de co-enunciação em ecossistemas colaborativos. Desse modo, potencializa-se a função do jornalista como cartógrafo da informação, tornando-o um agente comunicacional participativo que, em processos de interlocução em ambientes relacionais, “seja capaz de selecionar, enquadrar e personalizar notícias – verbos aqui utilizados de forma diferentes do uso habitual na mídia massiva -, levando em conta as potencialidades colaborativas de produção e mediação inerentes às novas mídias” (ROCHA, 2009).



A radicalização do Jornalismo Colaborativo, aplicado em rede, e a atuação do jornalista como cartógrafo da informação irá impactar um elemento essencial para o campo social jornalístico e a forma que este conduz a sua produção: a objetividade. Em ecossistemas colaborativos, a objetividade pode se tornar um empecilho para a comunicação, uma vez que pode colocar obstáculos, ao ser seguida à risca e de modo engessado, ao jornalista o exercício de sua função de intérprete dos acontecimentos. Neste caso, é pertinente reiterar que, com a adição das redes sociais à rotina produtiva jornalística, a fronteira entre “quem produz” e “quem consome” torna-se ainda mais tênue. Organizar o processo de significação interrelacional comunicativa e conectar agentes e comunidades virtuais informacionais em um sistema colaborativo é o desafio para o cartógrafo da informação. É preciso deixar de fazer jornalismo para o público e evoluir para a produção de conteúdo com o público.



## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Yuri. **Jornalismo colaborativo: uma análise dos critérios de noticiabilidade adotados pelos cidadãos-repórteres do Brasil Wiki durante as eleições de 2008**. Monografia (Especialização em Jornalismo Contemporâneo) Centro Universitário Jorge Amado, 2009. Disponível em <<http://www.scribd.com/doc/11782234/Final>>

BENKLER, Yochai. **The wealth of networks – how social production transforms markets and freedom**. New Haven e Londres: Yale University Press, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Produção da Crença: Contribuição para uma Economia dos Bens Simbólicos**. Zouk, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Lições da aula**. São Paulo: Ática, 1994.

BRAMBILLA, Ana Maria. **Jornalismo open source: discussão e experimentação do OhmyNews International**. <http://www.scribd.com/doc/9727410/dissertacao007> acessado em 15/02/2010

CARDOSO, Gustavo. **A mídia na sociedade em rede**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007

FELICE, Massimo Di. *Das tecnologias da democracia para as tecnologias de colaboração*. In: **Do público para as redes – a comunicação digital e as novas formas de participação social** (Massimo Di Felice, org). São Paulo: Difusão Editora, 2008

GILLMOR, Dan. **Nós, os Media**. Lisboa: Presença, 2005.

LE MOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina: 2002.

MANOVICH, Lex. **The language of new media**. Cambridge: MIT, 2001.

OUTING, Steve. **The 11 Layers of Citizen Journalism - a resource guide to help you figure out how to put this industry trend to work for you and your newsroom**. Disponível em <[http://www.poynter.org/content/content\\_view.asp?id=83126](http://www.poynter.org/content/content_view.asp?id=83126)>. Consultado em 15/04/2006.

ROCHA, Jorge. **O papel dos jornalistas nos processos interacionais do Participatory Journalism**. Artigo apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), Brasília, Setembro 2006. CD-Rom.

\_\_\_\_\_. **Por uma Cartografia da Informação - funções do webjornalista no ciber mundo colaborativo**. Artigo apresentado no GP Produção Laboratorial – Eletrônicos, do



XII Encontro Nacional de Professores de Jornalismo (ENPJ), Belo Horizonte, Abril 2009. Disponível em <<http://www.fnnpj.org.br/soac/ocs/viewpaper.php?id=514&cf=18>>. Consultado em 08/12/2009

SOARES, Rosana de Lima. **Narrativas digitais: desvios do jornalismo no ciberespaço**. Revista Galáxia, São Paulo: n. 17, p. 95-106, jun. 2009. Disponível em <<http://revistas.univerciencia.org/index.php/galaxia/article/viewFile/6708/6064>>. Consultado em 01/02/2010

SOUZA, Lígia Maria Trigo de; SAAD, Beth. **A autoria do público na mídia digital**. Artigo apresentado no GT Teorias, II Encontro da Ulepicc (União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura), Bauru, São Paulo, 2008. Disponível em <[http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/ulepicc2008/anais/2008\\_Ulepicc\\_1244-1266.pdf](http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/ulepicc2008/anais/2008_Ulepicc_1244-1266.pdf)>. Consultado em 01/02/2010

SOUZA, Queila; QUANDT, Carlos. *Metodologia de análise de redes sociais*. In: DUARTE, Pablo; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila (Orgs). **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

TRASEL, Marcelo. **A pluralização no webjornalismo participativo: uma análise das intervenções no WikiNews e no Kuro5hin**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2007. Disponível em <<http://www.scribd.com/doc/220106/A-pluralizacao-no-webjornalismo-participativo> acessado em 25/12/2008>